Entrevista:

Algumas considerações acerca da Sociologia da Infância.

Elena Colonna¹ entrevista Natália Fernandes².

Começaste o teu percurso na área da Educação, podes contar-nos como chegaste a conhecer e a "apaixonar-te" pela Sociologia da Infância?

O meu percurso na área da Educação não foi planeado mas sim inesperado: uma formação inicial em Educação de Infância surgiu, na altura, como uma possível alternativa aos desencantos de um percurso de formação na área das ciências jurídicas.

Desta forma, enfrentei inicialmente um desconhecimento científico acerca deste grupo geracional, tendo sido a minha formação fortemente influenciada pela psicologia do desenvolvimento. Resultaram daqui algumas inquietações que não ficaram resolvidas com o ingresso na carreira como educadora de infância, num contexto social e cultural completamente distinto daquele onde se tinha realizado a formação, com crianças também elas distintas e únicas na sua linguagem, na sua forma de encarar e estar no mundo, devolvendo à educadora de infância, na altura, a grande interrogação do formato teórico a partir do qual fora habituada a pensar as crianças.

Como dar conta da heterogeneidade, da singularidade que surgia com cada criança, numa conceptualização teórica que entendia o desenvolvimento das crianças de uma forma linear, independentemente do seu contexto de vida? No início do percurso como assistente estagiária, numa escola de formação de educadores de infância e de professores de 1º ciclo, começo a ter contacto com as primeiras leituras, que em meados dos anos 90 eram significativas na área na área da sociologia e da história da infância (Ariés, 1986, DeMause, 1991, James e Prout, 1990; Qvortrup, 1994).

² Doutora em Estudos da Criança – Sociologia da Infância pela Universidade do Minho (Braga, Portugal). Professora auxiliar no Instituto de Educação da mesma universidade. E-mail: natfs@ie.uminho.pt



¹ Doutoranda em Estudos da Criança – Sociologia da Infância no Instituto de Educação da Universidade do Minho, em Braga (Portugal). E-mail: elenamaputo@yahoo.it

As abordagens propostas por estes autores vieram permitir um redescobrimento mais sustentado em termos teóricos, começando, nesta altura, a desenhar-se com maior rigor e coerência, a ideia da criança como sujeito activo no processo educativo, como cidadão, bem como toda a dinâmica que, aceite sem qualquer restrição, tinha ficado, por vezes, pendurada, sem possibilidades teóricas de conceptualização, uma vez que era difícil encontrar as respostas que procurávamos unicamente no domínio científico da psicologia.

As exigências que se começaram a colocar no sentido de compreender as crianças como sujeitos de direitos, como actores sociais, de entender a infância como uma categoria geracional, caracterizada sobretudo pela diversidade que se encerrava dentro de tal designação, exigiam-nos a mobilização de novas áreas de conhecimento e também o estabelecimento de redes com parceiros sociais diversos, que confluíam para a área da intervenção social com crianças.

Estavam dados os primeiros passos para a imersão numa nova área científica – a Sociologia da Infância.

Do teu ponto de vista, quais são as principais contribuições que a Sociologia da Infância pode oferecer à Educação?

A Sociologia da Infância pode estabelecer diálogos muito interessantes com a Educação. Se concordarmos que a escola deve ser um espaço promotor dos direitos da criança, e de uma dimensão de cidadania da infância, então temos de concordar que é indispensável investir na promoção de uma cultura de respeito para com as crianças, valorizando para tal as opiniões das crianças, os seus modos de ser e agir. Este aspecto não é, na minha opinião, um processo isento de dificuldades, pelo menos no contexto da escola portuguesa. É fundamental neste contexto reequacionar o protagonismo que as crianças assumem na escola sob pena de a apologia da escola como contexto promotor dos direitos da criança não se resumir a uma tautologia que similarmente a muitas outras poderá ficar esquecida na infindável lista de boas intenções... Nesse sentido, a Sociologia da Infância tem vindo a dar um contributo muito significativo para a compreensão do conceito de participação infantil. É fundamental considerar como pressuposto básico no desenvolvimento da acção pedagógica, a participação das crianças como um direito. A Sociologia da Infância pode ajudar a promover uma pedagogia mais reflexiva, que reconheça à criança um potencial cognitivo

para a acção e promova, em contexto escolar, relações horizontais, democráticas e críticas entre adultos e crianças. A Sociologia da Infância tem dado contributos no sentido de salvaguardar que, nas relações pedagógicas, não haja manipulação nem coação da parte dos adultos nas dinâmicas que são desenvolvidas; que as crianças compreendam e dominem, antes de mais, o processo em que estão inseridas, sendo fundamental, para tal, a promoção de espaços de discussão e negociação e a formulação de reportórios de acção para a concretização desses princípios (Tomás, 2007).

A Sociologia da Infância ajuda-nos a perceber melhor, tal como defende Cleopatre Montandon, de que as escolas, que são construídas para as crianças, devam sobretudo ser construídas pelas crianças, valorizando-se nesse processo o seu papel de atores sociais, com um papel preponderante. Para tal, é indispensável desenvolver dinâmicas educativas sustentadas nos direitos das crianças, atentas à diversidade cultural e à identidade de cada criança; é indispensável, ainda, ultrapassar ideias e práticas muito vincadas relativamente à imagem da criança-aluno, valorizando a Sociologia da Infância, antes de mais, a imagem da criança em si mesma, como um sujeito portador de uma história, de uma identidade, de uma posição na sociedade que é indispensável convocar para melhor a entender no desempenho de todos os outros papéis que é chamada a desempenhar: aluna, filha, amiga, desportista etc...

A Sociologia da Infância defende que a escola e a infância não devem ser incompatíveis! Defende que a escola se deve organizar enquanto espaço propiciador de experiências que não ocultem nem desvalorizem o significado de ser criança (ofício de criança), valorizando para tal as culturas da infância (Sarmento, 2004), enquanto legítimas ferramentas para a promoção dos processos de desenvolvimento de competências mais académicas.

Vimos até agora a grande contribuição teórica que a Sociologia da Infância pode oferecer à compreensão e à reconsideração dos contextos escolares. Contudo, esta disciplina é fortemente inovadora também em relação às práticas de pesquisa e, nomeadamente, ao estatuto que as crianças assumem no âmbito do processo de investigação. Concretamente, quais são as principais novidades metodológicas que a Sociologia da Infância propõe?

A Sociologia da Infância promoveu, ao longo das últimas duas décadas, um movimento que já designámos de ruptura epistemológica e metodológica com a tradição de investigação que

marcou o século passado, acerca das crianças. Fortemente influenciada por ideias positivistas, profundamente preocupada com dimensões de objectividade e neutralidade e por relações de investigação prevalentemente verticais entre investigadores e investigados, assim foi marcada tal tradição. A Sociologia da Infância apresenta-se como um movimento contra-hegemónico, uma vez que defende que no processo de investigação as crianças devem ser consideradas como sujeitos e também como participantes da pesquisa, considerando como válidas as suas opiniões, experiências e representações acerca dos seus mundos sociais e culturais. Defende ainda que as crianças devem ser consideradas nos processos de pesquisa como agentes produtores de cultura própria, com formas de interpretar o mundo, de agir, pensar, sentir próprias e diferentes das dos adultos; com competências para caracterizar a realidade social que, apesar de diferentes das dos adultos, não devem ser entendidas como 'menores' ou ser desvalorizadas. Defende, em síntese, que se valorize no processo de pesquisa com crianças um enfoque afirmativo, que as valorize na riqueza da diversidade dos seus modos de ser e agir e não as oculte exactamente porque essa diversidade não é consentânea com os padrões clássicos de comunicar e investigar.

A partir desta perspectiva, o teu trabalho tem-se focalizado sobretudo nos direitos e na participação das crianças. Podes explicar porque achas tão relevantes estas temáticas na sociedade contemporânea?

O enfoque e a defesa de que as crianças são sujeitos activos de direitos é um pressuposto fundamental para qualquer sociólogo da infância. A infância tem sido um dos grupos geracionais que tem permanecido sistematicamente fora dos espaços de discussão e participação, ainda que seja um dos que mais sofre da exclusão e das desigualdades socioeconómicas provocadas por essa globalização. A partir destas considerações, acho que o nosso esforço se deve focar no desenvolvimento de estratégias que coloquem as crianças para o centro, para ocuparem o seu lugar nesta agenda. Este lugar valoriza o princípio da inclusão das crianças nas discussões que lhe dizem respeito, conquistando assim espaços propiciadores de acção social includente e democrática.

Somente através da construção séria e implicada deste lugar das crianças poderemos equacionar, por um lado, a construção de um conhecimento profundo e criterioso acerca das crianças, porque será sempre um conhecimento construído com elas. Poderemos

equacionar, ainda, as crianças como agentes de transformação social na medida em que, sendo valorizada a sua acção social e, também, a sua implicação nos assuntos que lhe dizem respeito, estamos a construir com elas possibilidades de intervenção nos seus mundos de vida, construindo, desta forma espaços de cidadania activa, que são, na minha opinião, oportunidades extremamente importantes para enfrentar um conjunto de aspectos que condicionam, actualmente, o exercício de uma cidadania activa, quer no mundo dos adultos, quer no mundo das crianças.

RECEBIDO EM 01 DE DEZEMBRO DE 2011.

APROVADO EM 05 DE DEZEMBRO DE 2011.